



Ocupação do entorno ameaça Parque do Rio Doce

A maior área contínua de Mata Atlântica do Estado, o Parque Estadual do Rio Doce (PERD), tem uma vizinhança incômoda. Ao norte, na

outra margem do rio Piracicaba, encontra-se a cidade de Ipatinga. Um pouco mais abaixo, a noroeste, a área urbana de Coronel Fabriciano. A oeste, o município de

Timóteo, onde um loteamento com 1.500 casas, na região dos córregos Limoeiro e Macuco, situa-se colado à divisa do parque. Ali, uma amostra dos impactos que a mancha urbana pode causar: o esgoto do bairro corre para dentro da área verde, conhecida pela beleza de suas matas preservadas e dezenas de lagoas.

Para amenizar os estragos causados pelo avanço das cidades e viabilizar uma melhor proteção do parque, ambientalistas, órgãos ambientais e empresas sentaram-se à mesa e acordaram uma série de medidas de curto prazo. Um decreto foi promulgado declarando o entorno do parque como área de proteção especial. O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) determinou que não concederia licença para qualquer empreendimento imobiliário enquanto o Plano Diretor de Timóteo não fosse aprovado. A Acesita, principal empresa do município, comprometeu-se a custear os estudos técnicos para o Plano Di-

retor. A empresa comprometeu-se também a não vender as terras de sua propriedade limítrofes ao parque, para garantir uma espécie de sistema tampão da área verde.

Contudo, parte do que foi combinado não está sendo cumprido. Os estudos para o Plano Diretor de Timóteo foram concluídos e entregues à prefeitura municipal em outubro de 97. É necessário que a prefeitura encaminhe o Plano para votação na Câmara Municipal para que tenha força de lei. Porém, até hoje não o fez. O Plano está engavetado em alguma secretaria da prefeitura. O secretário de Planejamento de Timóteo, Luís Sader, foi procurado pelo Ambiente Hoje, mas não retornou as ligações.

Outra medida fundamental para garantir a integridade do Parque do Rio Doce pode estar sendo contrariada. Há informações de que a Acesita — que, como é tendência em grandes empresas, não tem interesse em manter grandes ativos — tenha vendido terras

limítrofes ao parque. Se, diante do compromisso ambiental da empresa, até então as áreas do entorno do parque estavam em boas mãos, com uma suposta transferência da propriedade dessas terras, as áreas “tampão” podem deixar de existir.

Até o momento, ninguém negou a venda das terras. Responsável pela administração do patrimônio rural da Acesita, o diretor da Acesita Energética, Rubens Teodoro, procurado para esclarecer a questão, encaminhou o assunto para o assessor de meio ambiente da Acesita, João Bosco da Silva.

O assessor afirmou que não tinha informações sobre a venda das terras e que qualquer resposta deveria ser buscada com Rubens Teodoro. Afirmou ainda que seria preciso aguardar a definição da nova diretoria da empresa, sob o controle agora do Grupo Usinor, para que a companhia pudesse emitir uma opinião sobre o assunto.

*Arquivo do Ambiente Hoje
julho 1998*